



06/03/2017 - Instituto Telecom

## Nossa Opinião - O satélite brasileiro e a internet para todos

No Brasil, de acordo com a pesquisa Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC Domicílios 2015) realizada pelo CGI.br/Cetic.br, 50% dos lares brasileiros não possuem acesso à internet. Esse número se torna ainda mais alarmante quando comparamos as regiões brasileiras. No Sudeste 40% estão desconectados; no Sul, 47%; no centro-oeste, 52%; no Nordeste 60% e no Norte, 62%. Menos de 5% dessa rede é feita de fibra ótica. São dados que nos possibilitam refletir sobre os caminhos que o país tem trilhado para combater, ou não, o abismo digital existente no nosso país.

Em 1998, época da privatização do setor, foi definida que apenas a voz fixa deveria ser universalizada. Nenhuma linha sobre a internet. Um modelo concentrador que nos trouxe ao cenário no qual apenas três grupos – Oi, Claro e Vivo- dominam todos os serviços de telecomunicações, incluindo 80% da banda larga nacional.

Esse modelo foi baseado na ideia equivocada de que a concorrência levaria à universalização dos serviços. Não foi o que ocorreu. O único serviço hoje presente em todos os municípios brasileiros é a telefonia fixa. Teve essa capilarização por imposições regulatórias contidas nos contratos de concessão e não por

competição entre as operadoras.

Chegamos a 2017 e as propostas colocadas pelos golpistas que tomaram o governo federal seguem a mesma lógica de que entregando e dando toda liberdade aos representantes do mercado conseguiremos massificar esses serviços, incluindo a internet. Nem eles mesmos acreditam nessa baboseira. Mas, acreditando ou não, as consequências serão gravíssimas para o presente e futuro do Brasil.

Duas dessas medidas são particularmente graves: a entrega de quase toda capacidade do satélite que será lançado no dia 21 de março, às empresas privadas; e a transformação das atuais concessões das três irmãs em autorizações.

O projeto (PLC 79/2016) realiza o sonho das concessionárias ao extinguir as concessões com a entrega de R\$ 100 bilhões às operadoras, sendo que 80% deste valor iria para as mãos dos acionistas da Oi. Também garante a renovação perpétua do espectro. Esse projeto que o governo golpista queria aprovar sem nenhuma discussão com a sociedade, agora deverá ser discutido no plenário do Senado. Toda atenção e cobrança aos senadores é essencial para impedirmos sua aprovação.

O projeto inicial do satélite, desenvolvido no

governo Dilma, previa, entre outros objetivos, levar banda larga às regiões mais carentes que são precariamente ou não são atendidas por redes terrestres; permitir a conexão em alta velocidade nas escolas rurais e escolas da periferia das grandes e médias cidades; garantir a interligação dos postos de saúde, hospitais e outras unidades de saúde pública em locais que não dispõem de redes terrestre.

O governo golpista quer entregar a exploração do satélite ao mercado, o que comprometerá o atendimento de áreas geográficas com problemas de acesso à banda larga, mudando por completo o escopo do projeto inicial. As empresas privadas, obviamente, só escolherão regiões com alto poder aquisitivo. Não iluminarão áreas de baixa renda ou de baixa densidade demográfica, como é o caso da Amazônia.

O Instituto Telecom entende que a banda larga é essencial para a construção de um país mais democrático, plural e participativo. Não disponibilizá-la a todos aumentará ainda mais as desigualdades sociais, econômicas, políticas e geográficas. Colocar esse serviço em regime público com regras claras de universalização, qualidade e tarifas módicas é o caminho. Combater a entrega desse bem à iniciativa privada é lutar por um projeto de nação.

06/03/2017 - Instituto Telecom

## À espera da Lei de Telecom, Anatel prorroga consulta do PGO por mais 60 dias

A Anatel prorrogou por mais dois meses a consulta pública sobre o Plano Geral de Outorgas, à espera de uma definição sobre o projeto de lei que altera a Lei Geral de Telecomunicações e abre caminho para o fim das concessões de telefonia. O novo prazo vai até 11 de maio, mantendo a previsão de duas audiências públicas até o fim desse período.

O movimento era esperado diante da decisão do Senado Federal de esperar uma posição definitiva do Supremo Tribunal Federal sobre o trâmite do projeto de lei. O Supremo pode validar os recursos apresentados por senadores contrários à proposta que tentam levar a votação do texto para o Plenário. Até aqui, o PLC 79/16 só foi aprovado em uma comissão especial, por 11 votos.

As mudanças que a agência propõe ao PGO são justamente uma adaptação das regras setoriais ao texto previsto no projeto de lei – ou seja, a previsão de que a Anatel poderá adaptar as atuais concessões de telefonia em autorizações de serviço, caso as empresas assim o solicitem. O projeto de lei diz que haverá um cálculo do quanto vale essa mudança, a ser convertido em investimentos em novas redes.

A decisão da Anatel, publicada no Diário Oficial da União desta segunda, 6/3, é no sentido de prorrogar a consulta até 11/5, fixar novas datas para as duas audiências públicas, além de também ampliar o prazo para que a área técnica apresente proposta de regramento do processo de transição.

07/03/2017 - Telesíntese

## Temer vai simplificar PIS e Confins por medida provisória

**Presidente se reuniu com o Conselho, que reúne empresários, onde afirmou também que vai "cuidar do ICMS".**

O presidente Michel Temer disse hoje, 7, que pretende apresentar medida provisória (MP) para simplificação das regras do PIS até o final do mês, e fazer o mesmo com relação à Cofins para, no segundo semestre, além de "cuidar do ICMS".

As promessas aconteceram na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), ao responder a recomendações do grupo. Foram feitas sugestões nas

áreas de ambiente de negócios; agronegócio; educação básica; desburocratização e modernização do Estado; produtividade e competitividade.

Temer instalou hoje uma comissão para consolidar decretos de caráter normativo do governo federal. "Estamos também avançando com o projeto da lei das agências reguladoras. Nós ampliaremos a autonomia decisória e orçamentária dessas agências,

bem como a transparência e o controle social de seus atos", disse ele.

O pacote de anúncios dessa terça-feira também teve a criação de uma "instância" que o aconselhará sobre meios para simplificar e modernizar a lei de licitações. O presidente acrescentou que pretende reduzir de 100 para cinco dias o tempo que se leva para abrir uma empresa no Brasil. (Da Agência Brasil)

07/03/2017 - Telesíntese

## Conselheiro da Oi renuncia

**Rafael Funes se demitiu também da portuguesa Pharol, maior acionista individual da Oi.**

A Oi comunicou ao mercado na noite desta terça-feira, 07, que o Rafael Luis Mora Funes pediu renúncia do cargo que integrava no conselho de administração da companhia. Com isso, João do Passo Vicente Ribeiro, anteriormente suplente de Funes, passará a conselheiro titular.

Funes era um dos representantes da Pharol no conselho da concessionária brasileira. Ele também anunciou hoje sua demissão da empresa portuguesa. Os motivos não foram revelados, embora coincidam com o aumento da participação do investidor brasileiro Nelson Tanure no capital da Oi e também da Pharol.

07/03/2017 - Telesíntese

## PIB RECUA 3,6% EM 2016

**Setor de serviços de informação, que reúne os segmentos de TICs, encolheu 3% no período, segundo ano consecutivo de retração.**

Em 2016, o PIB caiu 3,6% em relação ao ano anterior, queda ligeiramente menor que a ocorrida em 2015, quando havia sido de 3,8%. Houve recuo na agropecuária (-6,6%), na indústria (-3,8%) e nos serviços (-2,7%). O PIB totalizou R\$ 6.266,9 bilhões em 2016.

O PIB caiu 0,9% no 4º trimestre de 2016 frente ao 3º trimestre, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal. É o oitavo resultado negativo consecutivo nesta base de comparação. A agropecuária cresceu 1,0%, enquanto que a indústria (-0,7%) e os serviços (-0,8%) recuaram.

Na comparação com o 4º trimestre de 2015, o PIB sofreu contração de 2,5% no último trimestre de 2016, o 11º resultado negativo consecutivo nesta base de comparação. Houve queda na agropecuária (-5,0%), na indústria (-2,4%) e nos serviços (-2,4%).

Pelo sétimo trimestre seguido, todos os componentes da demanda interna apresentaram queda, sendo que o consumo das famílias (-2,9%) apresentou a oitava queda seguida. Este resultado pode ser explicado pelo comportamento dos indicadores de crédito, emprego e renda ao longo do período.

O PIB per capita teve queda de 4,4% em termos reais, alcançando R\$ 30.407. O PIB per capita é definido como a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano, um indicativo de que a população, de modo geral, empobreceu.

Em valor, o PIB totalizou R\$ 6.266,9 bilhões. A taxa de investimento no ano de 2016 foi de 16,4% do PIB, abaixo do observado no ano anterior (18,1%). A taxa de poupança foi de 13,9% em 2016 (ante 14,4% no ano anterior).

Segmentos



Dentre as atividades que compõem os serviços, transporte, armazenagem e correio sofreram queda de 7,1%, seguida por comércio (-6,3%), outros serviços (-3,1%), serviços de informação (-3,0%) e intermediação financeira e seguros (-2,8%). Telecomunicações se enquadram na categoria serviços de informação.

Conforme os dados do IBGE, o segmento de serviços de informação encolheu em 2016 em relação ao PIB, comparado a 2015. No ano passado, o setor representou 3,1% do produto interno bruto, ante 3,2% no ano anterior. Foi o segundo ano seguido de retração. Em 2015 o setor encolheu 0,3%.



08/03/2017 - RBA

## Justiça nega recurso do governo e mantém decisão de publicar 'lista suja'

**Ministério instalou grupo de trabalho para discutir novas regras, mas magistrado não vê razão para adiamento. Publicação do cadastro foi suspensa em 2014, mas proibição acabou há quase um ano**

A Justiça do Trabalho negou recurso do governo contrário à divulgação da chamada "lista suja", com a relação dos empregadores que usam mão de obra análoga à escravidão. Com isso, o Ministério do Trabalho continua obrigado a divulgar o cadastro, o que ainda não aconteceu. O recurso foi apresentado pela Advocacia-Geral da União na última sexta-feira (3) e negado na segunda (6) pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10), no Distrito Federal, Pedro Luís Vicentin Foltran. A divulgação está suspensa há mais de dois anos. Para o magistrado, impedir a divulgação do cadastro "acaba por esvaziar" a política de Estado de combate ao trabalho escravo.

O desembargador Foltran disse entender que uma divulgação equivocada causar danos, mas observou que a União estava questionando uma portaria feita exatamente para aprimorar as regras. "Não se ignora a potencialidade nociva que a divulgação de dados errôneos, eventualmente existentes no cadastro, possam gerar ao ente público e aos administrados (...). Todavia, não há como conceber que a inclusão de nome de empresas no cadastro se dê de forma inconsequente. Fosse assim, o próprio agente público estaria reconhecendo gravíssimas falhas em sua mais legítima atuação de modo a tornar duvidoso o resultado das ações engendradas para a erradicação do trabalho escravo."

Ele considera fundamental a divulgação dos dados para o avanço do combate à prática no país. "A autorização da criação de cadastro dos

empregadores ligados ao trabalho escravo, por si, não é suficiente para intimidar os praticantes da irregularidade, sendo essencial a divulgação dos dados, uma vez que ao Estado cabe, precipuamente, operacionalizar e concretizar as medidas repressivas destinadas à erradicação do trabalho irregular."

No final de 2014, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar a uma entidade empresarial que questionava a constitucionalidade da lista. Em maio do ano passado, depois da publicação de uma portaria interministerial com mudanças nos critérios, a ministra Cármen Lúcia acabou com a proibição, mas mesmo assim o Ministério do Trabalho não voltou a divulgá-lo. A argumentação mais recente é de que foi formado um grupo de trabalho para reformular o cadastro.

Esse grupo foi instalado na quinta-feira da semana passada, um dia antes de a AGU entrar com novo recurso, pedindo suspensão da liminar que havia sido concedido pela 11ª Vara do Trabalho do Distrito Federal, em ação civil do Ministério Público Federal. O governo pedia ao Judiciário que aguardasse as conclusões do colegiado, o que deverá levar quatro meses, mas a presidência do TRT negou o recurso. Segundo o Ministério do Trabalho, é preciso haver regras mais "claras" para garantir segurança jurídica. O cadastro foi criado em novembro de 2003. Procurado, o Ministério do Trabalho ainda não se manifestou.

06/03/2017 15:57 - Carta Capital

## A Previdência Social e a sociedade dos Mabecos

Regimes previdenciários devem estar sob permanente avaliação da sociedade de forma a garantir a sua sustentabilidade no tempo, não sendo portanto imutáveis

Os Mabecos, também conhecidos como cães selvagens africanos, vivem em matilhas de até 60 a 70 cães. Caçam mamíferos bem maiores que eles em ação conjunta, perseguindo as presas por dezenas de quilômetros. Deixam seus filhotes nas suas tocas sob a guarda de alguns adultos, em geral mais velhos ou por alguma razão incapacitados para correr por longas distâncias. Ao abater suas vítimas, comem o que podem e armazenam nos seus estômagos carne para ser regurgitada na volta para a toca para alimentar as crias e os adultos que ficaram montando guarda. Quando algum adulto se fere ou adoecer, ou por qualquer outra razão está incapacitado para caçar, é alimentado

pela matilha até que se recupere sem que se lhe pergunte sobre contribuição ou idade. Seu sistema previdenciário funciona em regime de partilha solidária.

Quando os Constituintes de 1988 idealizaram o sistema de seguridade social brasileiro, previram fontes de financiamento de natureza diversa. As contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento de salários acrescentaram contribuições de natureza fiscal como a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), o Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade), bem como a receita de loterias. O conjunto destas receitas em 2015 corresponderam a cerca de 700 bilhões de reais para gastos totais da seguridade so-

cial de 688 bilhões. Só que desde os anos 90, governo FHC, parte dos recursos destinados à Seguridade Social são desvinculados por emenda constitucional, a DRU (Desvinculação das Receitas da União), sempre com prazo determinado e sempre renovado pelos sucessivos governos. Até 2016 a DRU podia atingir até 20% das receitas. O governo de fato aprovou em 2016 a prorrogação da DRU até 2023, aumentando de 20 para 30% o valor que pode ser destinado a outros fins. Assim se fabrica um déficit. Em 2015, dos 700 bilhões arrecadados 66 bilhões foram efetivamente desvinculados transformando um superávit de 18 bilhões em déficit de 48 bilhões.

Leia mais em: <http://migre.me/wco8G>



### DE MARÇO

### PARADA INTERNACIONAL DAS MULHERES

## SE NOSSAS VIDAS NÃO IMPORTAM QUE PRODUZAM SEM NÓS!

# 8M PARE

## SINTTEL-ES CONVOCA PARA A MANIFESTAÇÃO COM PASSEATA

**Às 8 horas,  
praça 8,  
em Vitória**

**Contra a REFORMA DA PREVIDÊNCIA  
Pelo Fim da Violência Contra a Mulher**

07/03/2017 - CUT

## 8 de março: a luta das mulheres será nas ruas do país

**Mulheres estarão nas ruas em todas capitais do Brasil contra Reforma da Previdência nesta quarta**

A CUT, em parceria com entidades dos movimentos sindical e feminista, realiza, nesta quarta-feira (8), a mobilização nacional das mulheres em defesa da aposentadoria, contra a Reforma da Previdência, pelo fim da violência de gênero e pela legalização e descriminalização do aborto.

Com o lema "Aposentadoria fica, Reforma Sai", as manifestações acontecerão em todas as capitais do país e em diversas cidades. O ato nacional acontecerá na capital paulista. A secretária nacional da Mulher Trabalhadora, Junéia Martins Batista, explica como será a programação.

"A CUT realizará a assembleia das Trabalhadoras em frente ao prédio do INSS no Viaduto Santa Efigênia, das 13h30 às 15h. Ao final sairemos em caminhada para a Praça da Sé onde nos somaremos ao ato unificado das mulheres a partir das 17h", conta a dirigente CUTista.

A CUT também participa das assembleias do SINPEEM (Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo) e APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) que serão realizadas para impulsionar o Dia Nacional de Paralisação, que será realizado no próximo dia 15 de março contra o desmonte da previdência.

### Mobilização Nacional nos Estados

- Acre

Horário: 7h – Local: Praça da Revolução, Rio Branco

- Alagoas

Horário: 08h - Local: Calçadão do Comércio - Antigo produban

- Amapá

Ato unificado dos sindicatos a partir das 17h - no Bola da Suframa

- Amazonas

Horário: 5h- No polo Industrial

09 as 17 – Praça da Saudade

18hs – Assembleia/ Debate sobre Reforma da Previdência

- Bahia

Horário: A partir das 14h - Local: Campo Grande, se encontrarão com outras mulheres na Praça Municipal e o encerramento será na sede do INSS, no centro de Salvador

- Ceará

Horário 8h - Local: Praça da Imprensa

- Distrito Federal

Horário 16h – Local: Museu Nacional da República

Horário 17h – As mulheres seguirão em marcha rumo à Praça dos Três Poderes

- Espírito Santo

Horário: 8h – Local: Concentração na Praça 8, caminhada até a sede do INSS em Vitória

Leia mais em: <http://migre.me/wcneq>

07/03/2017 - Vermelho

## "Queda do PIB em 2016 expõe falácias do golpe e incapacidade de Temer"

O IBGE anunciou que a economia brasileira recuou 3,6% em 2016, confirmado a maior recessão do país. Os números mostram uma piora no ritmo de queda da atividade nos dois últimos trimestres, marcados pela chegada de Michel Temer ao poder. Para Flávio Tonelli Vaz, assessor técnico da Câmara dos Deputados, especialista em orçamento e políticas públicas, o resultado reflete tanto a falácia de que o impeachment seria solução para a crise quanto a incapacidade de Temer de retomar o crescimento.

"O resultado do PIB [Produto Interno Bruto] de 2016 é a pior notícia para o governo até a [delação da] Odebrecht sair. Porque, sob todos os aspectos que você olha, ele aponta não só a falácia do 'tira a Dilma que a gente resolve a economia', como a incapacidade do governo de olhar para a economia, para a produção e a circulação de bens e serviços", disse, em entrevista ao Vermelho.

Em uma tentativa de se esquivar da responsabilidade sobre os péssimos números, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta terça-feira (7), que o resultado negativo é fruto de políticas adotadas nos últimos dois anos.

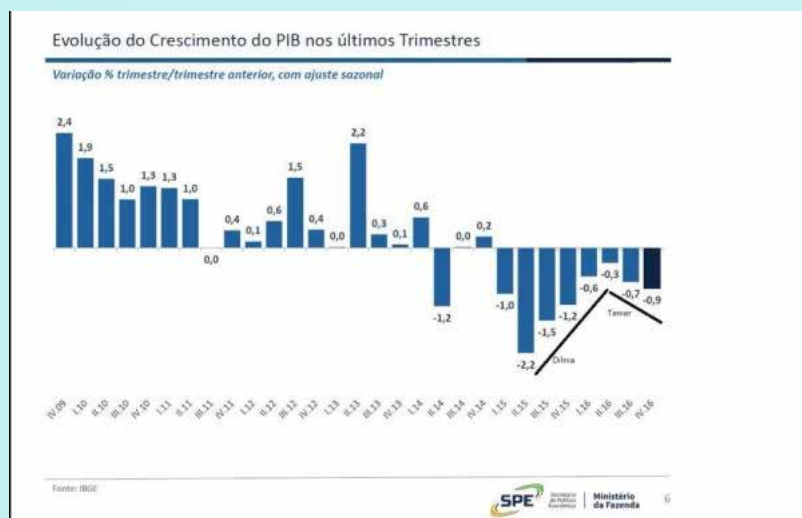
Na avaliação de Tonelli Vaz, ao contrário do discurso do governo, o PIB de 2016 não deve ser entendido como reflexo do governo Dilma Rousseff e, sim, como resultado da crise articulada pela oposição à presidenta eleita, que paralisou o país e levou ao afastamento da petista. O espelho de um processo de boicote e desestabilização, que findou por afundar a economia.

"Esse é o PIB do golpe. O golpe não se deu só com o impeachment. O golpe começa com toda a articulação econômica, com apoio da mídia, para produzir a crise política. Esse é o PIB da crise, não da Dilma", disse.

De acordo com ele, os números refletem também o desmonte das medidas que conseguiam diminuir os efeitos da crise internacional no Brasil. "A crise internacional sempre existiu, mas havia antes um conjunto de medidas que minimizavam a internalização desses efeitos, e isso foi sendo desconstruído", lamentou, citando como exemplo a diminuição do crédito, da renda das famílias e do emprego, instrumentos importantes para enfrentar a recessão.

O assessor técnico da Câmara defende que a estratégia de enfrentamento à crise adotada entre 2008 e 2014 significou resultados positivos para o Brasil. "Quando Lula disse que a crise ia ser um marolinha, muita gente achou que ele era louco. Mas ele fez com que a crise aqui de fato virasse uma marolinha. O Brasil cresceu de 2008 a 2014 - perdendo apenas para Índia e China -, foi um dos poucos que reduziu o desemprego e um dos que menos fez crescer o endividamento público", destacou.

Em 2016, a situação foi bem outra. Trata-se da primeira vez, desde



1996, que houve retração generalizada em todos os setores – agropecuária, indústria e serviços. E, se houve resultados negativos durante os quatro trimestres do ano passado, a verdade é que eles foram piores nos dois últimos, já sob a gestão Temer.

Segundo os dados do IBGE, a baixa do PIB no primeiro e no segundo trimestres de 2016, quando Dilma ainda ocupava a Presidência, foi de 0,6% e 0,3%, respectivamente. Depois de assumir provisoriamente o governo em maio, Temer foi efetivado como presidente em agosto. Segundo o IBGE, houve queda de 0,7% do PIB no terceiro trimestre de 2016 e de 0,9% no quarto.

"Se pegarmos o quarto trimestre, que é todo já com Temer, o PIB desse período, na série de preços com ajustes, é o pior quarto trimestre desde 1999, que é um ano de crise. Isso é algo surpreendentemente ruim", ressaltou Tonelli Vaz.

Segundo ele, os dados do IBGE ajudam a revelar uma realidade desoladora. "O consumo das famílias, por exemplo, está caindo há oito trimestres consecutivos. E o consumo das famílias reflete o desemprego, a queda da renda, a falta de perspectivas. Quando você junta com o dado de que, no ano passado, você perdeu 1,320 milhão de empregos com carteira assinada, isso é um número fantástico. Nos últimos dois anos, perdemos quase 3 milhões de postos de trabalho com carteira de trabalho", enumerou.

Os números divulgados nesta terça também escancararam a falta de projetos, por parte do governo, que possam melhorar a situação, especialmente em relação ao emprego, analisou Tonelli Vaz. "Ao invés de apontar soluções para isso, [o governo] aponta uma reforma trabalhista que é um desastre, aumenta a precarização, a terceirização, o trabalho temporário. O que vem pela frente não é um Brasil melhor", previu.

Leia mais em: <http://migre.me/wcnUy>